

ACEP 2007

Relatório de actividades

A acep no sector não governamental

A actividade da acep em 2007 foi profundamente marcada pelo papel e responsabilidades que assumiu, na Plataforma de ONGD, do processo de Diálogo Europa-África, envolvendo organizações da sociedade civil dos dois Continentes, no âmbito da presidência portuguesa da UE.

O facto da acep ter assumido a presidência da Plataforma no início do ano representou um desafio muito interessante, criou uma oportunidade de influenciar de facto as políticas e estratégias do sector não governamental e contribuir para novas alianças e novas formas de construir capacidades de influenciar as políticas públicas nos domínios da Cooperação, do Desenvolvimento e do Diálogo Político num período particularmente importante. Mas esse facto representou também um nível permanente de responsabilidade e de horas efectivas de trabalho não remunerado, que provocaram uma enorme pressão sobre a estrutura e os recursos da associação. Tal pressão pode aliás ser comprovada no ponto relativo à capacidade de execução dos recursos financeiros mobilizados para os projectos, que sofreu um abrandamento como comprovado na parte final deste relatório.

Este tema deverá ser aliás objecto de um contributo para a reflexão interna da Plataforma, numa fase da sua existência em que se regista uma cada vez maior tensão entre:

- os recursos que pode mobilizar e o nível de competências políticas e técnicas que se exige numa intervenção em domínios cada vez mais diversificados e a exigir novas abordagens
- o carácter não remunerado das funções de direcção e, como tal, suportado diferentemente pelas organizações que a compõem, segundo as lógicas e expectativas com que participam num espaço, por definição, de natureza colectiva e do que se poderia chamar de "bem comum"
- os diferentes modos de olhar a Plataforma por parte das organizações membros, incluindo as que se propõem assumir funções de responsabilidade ou a maior ou menor tensão sentida também em cada organização

individualmente entre compromissos com o dito “bem comum” e as necessidades e recursos da organização individual

As respostas que nos países da UE têm vindo a ser encontradas por diversos tipos de redes criam novas interrogações, já que transferem para corpos de funcionários contratados cada vez mais funções que são políticas, transferindo assim também um poder, pela sua natureza, deveria corresponder a outro nível de legitimidade.

**Declaração Política
do Fórum
de Sociedade Civil
Europa-África**



Lisboa, Novembro 2007

No quadro envolvente atrás referido, a aposta da Plataforma foi correcta, integrando a questão do Diálogo Europa-África numa perspectiva de:

- “anti-evento”, ou seja, desenvolver um trabalho de forma a procurar garantir continuidade de relações entre organizações dos dois Continentes e facilitar condições de seguimento das políticas e compromissos assumidos entre os responsáveis dos Estados
- centrar o debate nos aspectos políticos da relação Europa/África e situando a questão das migrações no quadro dos direitos, incluindo o direito ao desenvolvimento
- reforçar a consciência e o processo de construção de movimento internamente a Portugal, criando oportunidades de formação/debate e de articulação em rede entre actores de diferentes naturezas.

Para além das responsabilidades de presidência da plataforma, a acep ainda assim participou de outras formas nas actividades do projecto Diálogo Europa-África e assumiu também um papel dinamizador no lançamento de uma linha de trabalho à volta do seguimento crítico da temática da Ajuda Publica ao Desenvolvimento portuguesa, temas que serão referidos mais adiante.

Neste contexto, como é natural, a acep precisou de fazer adaptações difíceis na organização interna, na gestão de recursos e na limitação de novas iniciativas.

O lugar à inovação nos 10 anos do processo da cooperação na acep:

"Quando tínhamos todas as respostas, mudaram as perguntas" ¹

Estamos a viver os 10 anos de Cooperação da ACEP, processo iniciado em 1997, com o 1º estudo sobre a experiência das ONGs dos PALOP na luta contra a pobreza urbana, prosseguido em 1998 com o estudo equivalente sobre a pobreza rural, ambos com a metodologia de cruzamento de experiências entre ONGs e entre Países. Este processo dos estudos desembou em 1999 no Seminário internacional que reuniu pela 1ª vez em Lisboa, para troca de experiências e conhecimento mútuo, ONGs de todos os Palop, do Brasil e também de alguns países europeus. Foi um debate aberto, com ONGs portuguesas, associações de desenvolvimento, investigadores e responsáveis da Cooperação Portuguesa, onde nasceram alguns dos primeiros projectos de organizações portuguesas com ONGs africanas. Os 10 anos deste processo serão assim uma oportunidade para fazer o ponto de situação e reflectir em conjunto sobre o futuro.

Ao nível interno, pode provavelmente dizer-se que estamos numa fase em que há que fazer um esforço de passar das muitas intuições para uma maior sistematização, novas confrontações com as "teorias dominantes" e formulação de novos conhecimentos para contribuir para mudanças qualitativas nas áreas em que trabalhamos. Isto é válido para as diversas áreas de trabalho, mas também para as relações e alianças que vimos construindo.

Em 2007 iniciámos por isso o processo de preparação de uma reflexão conjunta, que pretendemos realizar com os parceiros de então e outros que se foram juntando – ao nível do associativismo em várias áreas, da investigação ou pessoas individuais que têm contribuído para as mudanças que se vêm operando.

Deste ponto de vista, dois projectos – um em curso em 2007 e o outro a iniciar em 2008 – começaram e irão continuar a dar um contributo importante: respectivamente os projectos de investigação (com o apoio da FCT) e de sensibilização/formação (com o apoio do IPAD) sobre Cooperação Descentralizada.

¹ Provérbio dos Índios Aimarás, dos Andes

Iniciativas e projectos em 2007

Cabo Verde: Reforço da Plataforma, das ONGs e e das Associações Comunitárias



Terminou em 2007 o projecto que teve uma duração de cinco anos, desenvolvido em parceria da ACEP com a Plataforma de ONGs de Cabo Verde e com as ONGs europeias IMVF e IEPALA, com o apoio financeiro da UE, do IPAD e da Fundação Portugal-África.

O financiamento total foi de 1.172.224,79 euros, incluindo uma contribuição local da plataforma cabo-verdiana. O projecto consistia no reforço das competências e da intervenção das ONGs e Organizações de Base, para o que era decisivo também um reforço institucional e infraestrutural da própria Plataforma.

Incluía por isso, a construção de instalações para a Plataforma das ONGs e de apoio às ONGs e Organizações de Base, um programa de formação e o apoio financeiro a projectos de terreno, desde a concepção, ao financiamento e avaliação e apoio no domínio da informação e comunicação. A perspectiva de reforçar a plataforma como centro de recursos incluiu a construção e equipamento de uma sede nacional, com 3 pisos, sendo um de espaço aberto, um intermédio para funcionamento da plataforma com 4 gabinetes e uma sala de reuniões e um último piso consagrado ao apoio às ONG e OCB, que inclui uma sala de reuniões, uma sala de acesso a Internet, biblioteca e para utilização de computadores e 4 quartos de passagem para membros de ONG e OCB.

No que se refere ao Fundo flexível de apoio a micro-projectos locais, uma das actividades inovadoras no quadro de um projecto da UE e do IPAD, cerca de 170 pedidos de financiamento foram recebidos, todos analisados pela Célula Técnica criada para o efeito na plataforma, tendo sido aprovados 83, num montante de 335.072,95 € (excluindo as contribuições em espécie por parte das organizações).



Ainda em termos quantitativos, quanto à formação, durante os cinco anos foram realizados 5 ateliers nacionais, com 145 participantes e 10 ateliers regionais com 217. Estes ateliers envolveram ONGs e OCBs de quase todas as ilhas, em 12 visitas de intercâmbio, com 89 pessoas a circular entre as ilhas de S. Nicolau, Santiago, Sto. Antão, S. Vicente, Sal, Maio, Brava e Boavista. Foram também realizados 2 estudos temáticos e 1 de planeamento estratégico, com apoio de consultores e participação directa de membros e de várias dezenas de pessoas recurso. Para este programa foi possível contar com colaboradores da ACEP que intervieram pontualmente, como o Rogério Roque

Amaro, o Carlos Sangreman e a Charlotte Karibuhoye.

No final do projecto o balanço pretendeu identificar pistas para a avaliação dos impactos e da sustentabilidade futura, o que implicou uma análise mais detalhada do processo, considerando ser aí a chave para os futuros impactos e mudanças induzidas, com durabilidade e que ultrapassem a mera contabilidade de resultados imediatos.

Foram analisadas as opções estratégicas e metodológicas, nomeadamente a promoção da responsabilização e autonomia do parceiro local e a promoção de uma abordagem participativa, promovendo assim também a autonomia e responsabilização ao nível da base (por exemplo, a opção consciente de não inclusão de uma assistência técnica expatriada permanente, de forma a permitir a apropriação por parte do parceiro local – desde os domínios tecnológicos ao do poder de facto). Embora uma assistência técnica expatriada permanente possa ter vantagens no ritmo de desenvolvimento do projecto, as desvantagens seriam maiores, diminuindo a responsabilidade e autonomia do parceiro local, falseando ritmos e tempos próprios do desenvolvimento local e das organizações, podendo funcionar como um “ecrã” ocultador de problemas endógenos às organizações.

A responsabilização mútua significou também que deveria haver um plano claro de reforço de capacidades, de forma a que as organizações locais não sejam confrontadas no final dos projectos com as exigências de prestação de contas sem que tenham tido acesso às ferramentas adequadas.

A Plataforma valoriza também muito positivamente o facto de no último ano do projecto ter podido o primeiro plano estratégico, que assentou numa

participação de intervenientes diversificados, das ONGs aos responsáveis de Departamentos do Estado e representantes das cooperações.

É indiscutível que a visibilidade do trabalho que a Plataforma veio adquirindo tem sido facilitadora da auto-confiança das organizações membros, mas também do diálogo político com os Responsáveis do Estado e instituições da Cooperação Internacional. O investimento na capacitação, na acção e na comunicação revelam-se como elementos conjugados de sustentabilidade e reforço das condições de participação cívica nos debates nacionais.

A viabilidade financeira duma acção deste tipo nunca é atingida num prazo como o deste projecto. Algumas precauções foram tomadas na concepção do projecto: não aumentar demasiado os custos de funcionamento, medidas de recuperação de custos, e a atenção à comunicação para facilitar o reconhecimento junto de outras instituições internacionais. A construção de instalações próprias e de apoio a ONG e OCB permite maior auto-suficiência. Como resultado do maior reconhecimento, foi possível abrir o leque de fontes de financiamento. Por exemplo, a Plataforma negociou o seguimento com o recurso a fundos FED, para uma nova fase, com base no planeamento estratégico realizado.

No entanto, o reforço de estruturas não pode ser o fim último de nenhum projecto ao nível da cooperação descentralizada Norte/Sul e que intervenha no domínio do desenvolvimento comunitário. As opções tomadas na fase de concepção partiram aliás de uma visão do trabalho de reforço institucional que, para ser durável, não pode ser feito “em aquário”, ou “laboratório”, mas sim em torno de projectos, no quotidiano das comunidades.

A inclusão do fundo flexível para o apoio a micro-projectos locais tinha assim uma dupla função: a disponibilização de recursos para pequenas actividades comunitárias de luta contra a pobreza e também a criação de um espaço/ambiente propício à aprendizagem humana e à capacitação institucional. Isto significa que, após o encerramento este projecto – 2 a 3 anos passados sobre parte considerável das actividades – cremos que deveria ser considerada a possibilidade de um processo de avaliação de impacto ao nível institucional nacional, mas também do impacto nas organizações comunitárias e nas mudanças operadas e permanentes nas condições de vida das comunidades.



Sto Antão, Cabo Verde: Desenvolvimento Institucional e Participação Comunitária



Na sequência do projecto desenvolvido com a Plataforma de ONGs de Cabo Verde e com a sua colaboração, foi identificado um novo projecto, agora centrado numa ilha e para trabalhar sobretudo no reforço das associações locais e das actividades passíveis de gerar novos rendimentos para as famílias e de contribuir para reforçar a iniciativa local.

Com apoio financeiro da UE e Cooperação Portuguesa iniciou-se em Janeiro de 2007 um projecto de desenvolvimento rural e reforço das associações dos concelhos do Paul e Ribeira Grande, que reúnem a maior parte da população rural de Santo Antão.

Com este projecto, em parceria com as organizações locais AMIPAÚL e a OADISA, pretende-se desenvolver um processo de experimentação de iniciativas de economia solidária, em diversas comunidades da ilha, numa parceria que envolve também a ONG espanhola IEPALA.

Neste primeiro ano foram realizadas acções de formação, bem como um intercâmbio em Portugal, com a visita a diversas experiências de economia social e solidária no centro do país. As acções de formações cobriram áreas relacionadas com a capacitação das OCB, nomeadamente na identificação e gestão de projectos, mas também áreas produtivas, como a transformação agroalimentar e a micro irrigação – para o que contamos com a colaboração da Delegação local do Ministério da Agricultura e também de formadores expatriados para áreas muito concretas: Ivo Rodrigues, da Escola Superior Agrária de Coimbra, no domínio da transformação agro-alimentar, Orlando Garcia para a área do Diagnóstico comunitário e Carlos Sangreman para a construção de instrumentos de seguimento das actividades económicas.

No final do ano, iniciou-se o processo de selecção e de equipamento das unidades de economia solidária nas áreas da micro irrigação e da transformação agro-alimentar, esta última com a preocupação de garantir, dentro dos recursos financeiros limitados, equipamentos que possam obedecer a normas de qualidade e higiene exigíveis num possível processo futuro de certificação dos produtos e melhorar as condições de comercialização.

A transformação agro-alimentar revela-se como a única possibilidade de aumentar os rendimentos agrícolas numa situação particularmente difícil, dada a quarentena a que os produtos agrícolas em fresco estão sujeitos, devido a uma praga confinada àquela ilha (a praga dos “mil pés”).

Tite e Fulacunda, Guiné-Bissau: Apoio às actividades das associações comunitárias na produção, transformação e comercialização

Este projecto em parceria com a RA – Rede Ajuda Cooperação e Desenvolvimento, ONG guineense, tem como objectivo reforçar os grupos e associações de mulheres camponesas nos sectores de Tite e Fulacunda, no sul da Guiné-Bissau e tem já apoio financeiro do IPAD para o 1º ano.

Nesta região 69,1% da população vive em situação de pobreza e afecta de modo mais agudo as mulheres. A região é afectada por um conjunto de constrangimentos que limitam a capacidade de produção e de geração de rendimentos agrícolas: fraca cobertura das infraestruturas de base e das infraestruturas rurais, limitação da produção agrícola associada à tendência para a diminuição dos volumes de chuva; degradação da produção orizícola, degradação dos níveis de fertilidade dos solos, grande dependência da cultura de caju. As actividades hortícolas destinam-se basicamente ao auto consumo e as actividades frutícolas têm níveis de produção bastante baixos; o nível tecnológico dos agricultores é bastante rudimentar; enfrentando dificuldades no acesso aos factores de produção. Registam-se dificuldades extremas nos sistemas de escoamento e comercialização das produções.

O projecto pretende contribuir para o desenvolvimento integrado e duradouro do sector, através do reforço das dinâmicas associativas e das suas iniciativas sócio-económicas. Tal irá passar pelo reforço das capacidades das organizações comunitárias e dos agrupamentos de mulheres e de jovens, reforço das iniciativas locais de carácter económico, promoção da diversificação e melhoria da qualidade das produções locais, reforço dos sistemas locais de conservação e transformação artesanal das produções e, finalmente, melhorar os sistemas de distribuição e comercialização dos produtos.



As actividades económicas a apoiar serão a produção, transformação e comercialização de hortícolas e frutas e a conservação de peixe.

O projecto vai contar com a colaboração de técnicos guineenses especializados, que têm estado envolvidos no Centro de Experimentação Horto-frutícola do Quebo.

Cabo Verde, Guiné-Bissau e Portugal: Investigação sobre Cooperação Descentralizada



Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

A ACEP, em parceria com o CESA, do ISEG, e com a Universidade de Aveiro, estão a realizar uma investigação no âmbito de um projecto apoiado pela Fundação Ciência e Tecnologia, que consiste numa abordagem das experiências e dos impactos da cooperação das ONGDs, Municípios e Universidades no desenvolvimento e na governação em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, entre 2000 e 2004.

Numa primeira fase do projecto, tenta-se apurar quem são os actores da cooperação nacional - a nível de universidades públicas e privadas, institutos politécnicos, autarquias e ONGs - e que projectos poderão ter sido realizados em Cabo Verde e na Guiné-Bissau entre 2000 e 2004 e com a informação obtida, construir uma base de dados.

Numa segunda etapa foi levada a cabo uma pesquisa de terreno na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, com entrevistas a actores locais da cooperação, públicos e privados, organizações internacionais, instituições de pesquisa, entre outros, sobre conceitos e práticas de cooperação descentralizada, valores acrescentados e riscos.

Neste segundo ano avançou-se também na pesquisa teórica e metodológica no domínio da avaliação da cooperação, tendo-se iniciado a construção de um modelo para a avaliação da cooperação descentralizada, partindo da valorização das diferenças face aos outros tipos de cooperação, das expectativas que estão na sua origem e da procura de incluir a avaliação do processo como factor determinante de impactos e sustentabilidade futuros.

Foi também preparado um inquérito a aplicar nos 3 países sobre "Cultura da Cooperação" para caracterização dos valores e atitudes dos actores principais da cooperação descentralizada, as ONGD, e já aplicados em cerca de 156 países, mas apenas a 7 da África Sub Saariana e nenhum PALOP.

A aprovação pelo IPAD, da proposta apresentada pela ACEP, para um trabalho de formação e sensibilização no domínio da Cooperação Descentralizada irá permitir uma utilização imediata dos resultados da investigação do projecto apoiado pela FCT.

Está bastante avançada também a constituição de uma bibliografia especializada.

Portugal: Responsabilidade Social de Empresas nas relações com países em desenvolvimento



A parceria de desenvolvimento (ACEP, AIP, RSE Portugal e SOCIUS) que tem vindo a dinamizar o projecto sobre Responsabilidade Social das Empresas, financiado no âmbito da iniciativa comunitária EQUAL validou em Novembro de 2008 o produto “Kit de Capacitação e Desenvolvimento de Competências

em RSE” desenvolvido ao longo dos 2 anos de projecto e que tem como objectivo fundamental promover o desenvolvimento do conhecimentos na área bem como constituir um instrumento formação. Integrado nesse Kit está o “Guia sobre RSE nos Países em Desenvolvimento” da responsabilidade da ACEP.

Este Guia parte da colocação de algumas interrogações, sinteticamente:

- perante quadros legais frágeis ou omissos em relação a questões sociais e ambientais e baixas capacidades de escrutínio às empresas, quais os critérios ou princípios éticos que se devem ter em consideração?
- será suficiente o cumprimento pela empresa, dos requisitos legais existentes?
- Será que as estratégias de investimento e de concorrência das multinacionais podem ser compatíveis com os objectivos de desenvolvimento destes países?
- Será que a configuração actual da agenda da responsabilidade social das empresas responde às prioridades dos trabalhadores, comunidades e empresas nos Países em Desenvolvimento?
- Será que os diversos actores dos Países em Desenvolvimento têm efectivamente tido espaço na definição da agenda da responsabilidade social?
- Será que a responsabilidade social das empresas está a contribuir para o desenvolvimento dos processos de governação democrática nos Países em Desenvolvimento?

O “Estudo sobre o posicionamento das empresas portuguesas face à Responsabilidade Social em Países em Desenvolvimento” parte da necessidade de conhecer melhor o modo como as empresas portuguesas, que desenvolvem já práticas de responsabilidade social e que demonstram

preocupações neste domínio, se posicionam face ao tema nas suas relações com os Países em Desenvolvimento. Esta questão assume particular pertinência no quadro da forte integração económica que vivemos e no crescimento da operação das empresas nas chamadas economias emergentes, em grande parte dos Países em Desenvolvimento.

A União Europeia, no Livro Verde da Responsabilidade Social das Empresas, vem clarificar a sua posição face à RSE e o seu contributo para o combate à exclusão social e para a promoção do desenvolvimento sustentável, na Europa e no mundo, afirmando a necessidade de as empresas multinacionais desenvolverem práticas sustentáveis em todos os contextos em que operam, afirmando que “num mundo de investimentos multinacionais e de cadeias de produção globais, a responsabilidade social das empresas terá também de estender-se para além das fronteiras da Europa.”

O estudo realizado teve como objectivos identificar e caracterizar práticas de responsabilidade social de empresas portuguesas num país em desenvolvimento, (tendo sido escolhido o exemplo de empresas que actuam em Cabo Verde) e conhecer o posicionamento das empresas portuguesas que já se assumem como socialmente responsáveis, com actividades e relações com Países em Desenvolvimento, face à responsabilidade social naqueles contextos.

Pretendeu-se assim, proceder ao reconhecimento de uma realidade ainda pouco estudada no nosso país e levantar hipóteses que permitam melhorar o conhecimento disponível sobre a mesma, reforçando ao mesmo tempo a informação e o debate sobre o tema.

Posteriormente foi aplicado um questionário a uma amostra de empresas em Portugal e foi feito o respectivo tratamento quantitativo das respostas, procurando-se descrever o posicionamento das empresas portuguesas face à RS na relação com Países em Desenvolvimento.

O relatório final do estudo está estruturado em três capítulos, que são:

- Enquadramento teórico e político da problemática da responsabilidade empresarial em Países em Desenvolvimento;
- Apresentação e análise dos resultados do levantamento das práticas de responsabilidade social de empresas portuguesas em Cabo Verde e do inquérito realizado a empresas que se assumem como socialmente responsáveis e que actuam em Países em Desenvolvimento;
- Síntese das iniciativas internacionais de responsabilidade empresarial.

O estudo tem como utilizadores previstos gestores de empresas, técnicos de organizações da sociedade civil, formadores e público em geral, com interesse nestas questões. A sua utilização vai ser já iniciada na 3ª fase do projecto Equal, ao longo de 2008, fase em que serão disseminados os resultados do projecto.

previsto, o projecto provocou uma produção e disseminação de informação de qualidade, permitiu evidenciar uma ligação entre os ODM e os projectos locais, mostrar a possibilidade e adequação de uma ligação entre a actividade de sensibilização e a de cooperação para o desenvolvimento e contribuiu para tornar essas realidades mais próximas da população portuguesa.

Um projecto deste tipo tem normalmente resultados que se prolongam para além do tempo de duração do projecto. Referimos três: a dimensão internacional que o projecto está a assumir; o reforço da auto-estima de muitos que em Cabo Verde, anonimamente, desenvolvem os pequenos projectos locais e se viram reconhecidos na apresentação em Cabo Verde; o mesmo relativamente a imigrantes em Portugal, que manifestaram um claro reconhecimento pelas imagens transmitidas. Tal só foi possível com a qualidade dos participantes, de que destacamos os fotógrafos Leão Lopes e António Valente, os jornalistas e/ou escritores portugueses ou africanos Mário Lúcio e Fatima Bettencourt, Alexandra Lucas Coelho, Carlos Narciso e Pedro Rosa Mendes, David Gakunzi, Teresa Montenegro e Ana Paula Tavares e a criação gráfica de Levina Valentim. Outras colaborações foram insubstituíveis: a Plataforma de ONGs, a Biblioteca Nacional e o Ministério da Descentralização, todos de Cabo Verde (que contribuíram também financeiramente) e o Arquivo Fotográfico da CM de Lisboa, que organizou a primeira apresentação da exposição em Lisboa. Contribuíram também financeiramente o IPAD, a INAPA, a Caixa Geral de Depósitos.

Apresentada primeiro em Lisboa, a exposição tem circulado entre Cabo Verde (Cidade da Praia e Mindelo), Itália (em Salerno), Galiza (Santiago de Compostela) e tem também animado acções em diversas comunidades territoriais, a partir de iniciativas com Associações, Municípios, Universidades e escolas de outros níveis de ensino (Lisboa, Braga, Guimarães, Odivelas, Setúbal). A programação da exposição estende-se já por 2008.

No relatório final apresentado ao IPAD, maior financiador deste projecto, a ACEP destacou algumas conclusões, que a seguir se sintetizam:

- a convicção de que se revela como muito adequado à sensibilização o recurso a formas que cruzem as preocupações éticas com um sentido estético, criando formas novas e mais atractivas de comunicação
- a necessidade de procurar simultaneamente soluções que não simplifiquem os problemas mas que os consigam comunicar de forma simples
- a indispensabilidade de mobilizar para este trabalho competências altamente qualificadas, a todos os níveis, de forma a garantir uma qualidade inequívoca para os produtos propostos
- a adequação de conjugar e cruzar experiências, abordagens e especialidades diferentes, tanto ao nível das diversas profissões envolvidas, sejam técnicas ou criativas, europeus e africanos, da intervenção de terreno e da investigação

- a importância de relacionar o trabalho de sensibilização com as experiências de cooperação, potenciando-as mutuamente
- a urgência de ser capaz de encontrar formas de sensibilização e educação para o desenvolvimento que articulem efeitos imediatos com os impactos de maior prazo
- a importância de criação de oportunidades a profissionais da comunicação social para contactar com a cooperação e o desenvolvimento, numa perspectiva de conhecimento e reconhecimento do valor do Outro, sem tentações de os utilizar para sermos nós os reconhecidos
- o imperativo de dar voz aos parceiros, às populações, no trabalho de sensibilização da opinião pública.

Portugal: Cooperação, desenvolvimento e migrações em debate



"Fronteiras da Europa - a Europa no Mundo" foi um projecto apoiado pela representação da CE em Portugal e que incluiu um ciclo de debates, com o objectivo de contribuir para a reflexão e elaboração de propostas de políticas para a construção de uma Europa solidária e inclusiva.

Organizados em parceria com instituições diversas, foram um espaço de cruzamento de visões a partir de diferentes especialidades e latitudes, com a participação a participação de investigadores, deputados, jornalistas, técnicos de cooperação descentralizada, responsáveis de organizações não governamentais e de instituições diversas, europeias e africanas.

O primeiro debate - "A Europa no Mundo - Política Externa e Cooperação para o Desenvolvimento" – realizou-se na Universidade do Minho, em parceria com o Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional do Instituto de Educação e Psicologia e foi moderado pelo Prof. Eugénio Silva. Participaram do lado africano o Presidente da Plataforma de ONG de Cabo Verde (Avelino Lopes), o Presidente da ong angolana ADRA

(Fernano Pacheco) e David Gakunzi, jornalista do Ruanda e coordenador do programa África do Centro Norte/Sul do Conselho da Europa.

O segundo debate - "Cooperação Descentralizada, Parcerias e Territórios Locais" foi realizado em colaboração com a Câmara Municipal de Odivelas, no quadro do "Festival Rotas, Culturas, Gentes e Comunidades". Contou com contributos de Mamadu Jao, Director do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Guiné Bissau, do presidente da Plataforma de ONG de Cabo Verde, de Rogério Roque Amaro, professor no ISCTE, Carlos Sangreman, professor na Universidade de Aveiro e Carlos Pacheco, da Câmara Municipal de Palmela, com a moderação do jornalista Carlos Narciso.

Por último foi debatido o tema "Politica de Migrações e Desenvolvimento", em parceria com o Museu do Trabalho de Setúbal. As apresentações iniciais foram realizadas por Carla Marie-Jeanne, do Centro Cultural Africano, Ana Catarina Mendes deputada por Setúbal e membro da Comissão de Migrações do Conselho da Europa, Mamadu Jao, do INEP da Guiné Bissau, João Peixoto, do SOCIUS do ISEG, Maria Yencu, da Associação de Romenos e Moldavos, ??? do grupo Informal de imigrantes da Guiné-Bissau no distrito de Setúbal, a Associação ??? islâmica???? e Isabel Victor, Directora do Museu do Trabalho Michel Giacometti. A moderação coube ao jornalista João Rosário.



Exposição itinerante

Os três debates foram acompanhados da mostra de fotografia e textos que compõem a exposição, "A partilha do indivisível - Imagens dos Objectivos do Milénio em Cabo Verde", que foi apresentada ao público nas três cidades: na galeria do Centro Braga Parques, na Quinta da memória, em Odivelas, e na Casa Bocage, em Setúbal.

No encerramento do projecto foi produzida uma publicação com a síntese dos debates e os documentos neles apresentados, conforme descrito no capítulo deste Relatório, sobre a Comunicação com o Exterior.

Cooperação no Diálogo Europa/África:

Seminário sobre Governança, fragilidade dos Estados e o papel da Cooperação para o Desenvolvimento



Organizado pela ACEP no quadro do projecto da Plataforma sobre o Diálogo-Europa-África, e em colaboração com o Núcleo de Estudos para a Paz, dos CES da Universidade de Coimbra e a Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro, realizou-se nesta Universidade o Seminário *Governança, fragilidade dos Estados e o papel da Cooperação para o Desenvolvimento*, com o objectivo debater a Governança, em África e na Europa e as respostas dos diferentes actores da Cooperação e do Desenvolvimento, nomeadamente nas situações de fragilidade.

Moderado por Carlos Jalali, director do Mestrado em Ciência Política da UA e com a participação de José Pureza, coordenador do NEP e Fátima Proença, da ACEP, teve como convidados David Sogge, do Transnational Institut de Amesterdão, Luís Vaz Martins, Presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos, Carlos Figueiredo, da Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, de Angola e Filomeno Vieira Lopes, da sociedade civil angolana.

Participaram cerca de uma centena de alunos e professores da Universidade, num debate que, com a mesma abordagem que tem estado presente noutras iniciativas dinamizadas pela ACEP, cruzando diferentes pontos de partida, da investigação à intervenção directa, em Portugal ou em África, em áreas tão diversas como o desenvolvimento rural, os direitos humanos, a cooperação, a investigação em ciência política ou a intervenção cívica.

A participação da acep no debate centrou-se no questionamento da aplicação às ONGs do tema da governação, seja na governação interna, seja na governação das parcerias e na transparência e prestação de contas não só no sentido "ascendente".

Organização	Financiadores
   <p>NEP/CES, Universidade de Coimbra</p>	   

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento: A participação europeia e portuguesa vista à lupa



Também no quadro da Plataforma portuguesa de ONGD a ACEP assumiu um papel activo na abertura de uma nova frente de

trabalho, a desenvolver em Portugal e aproveitando a oportunidade de beneficiar da experiência de redes europeias, como a CONCORD, lançada no ano de 2007. Trata-se de um trabalho de seguimento da realidade da APD portuguesa (e também europeia), procurando conhecê-la melhor, tanto nos seus aspectos quantitativos como qualitativos e conhecer ainda a arquitectura institucional e respectivo funcionamento.

Assim, foi criado um grupo de ONGD que colaborou no processo europeu de realização do primeiro "Relatório AIDWATCH". Foi o início de um processo claramente formativo a vários níveis: ao nível das capacidades de análise, de negociação entre redes europeias, de conhecimento das limitações políticas nacionais, de teste às capacidades de diálogo e de comunicação sobre o tema, entre outros.

Após a produção desse primeiro relatório (Maio de 2007), o grupo português iniciou um processo de debate estratégico, definição das suas prioridades, identificação de interlocutores – ao nível do executivo e também ao nível do parlamento - de forma que este trabalho pudesse vir a trazer um real impacto. A título de exemplo, refira-se que 2007 foi o primeiro ano em que as ONGD discutiram o orçamento para a Cooperação com os Deputados antes da aprovação do OGE, com algumas consequências imediatas, ainda que limitadas.

A ACEP tem investido bastante neste trabalho, já que nos parece que o escrutínio da APD, numa atitude de exigência qualitativa, é uma actividade de grande importância política de que as ONGD não se devem alhear, sob risco de se verem reduzidas a meros utilizadores de uma maior ou menor quota desses fundos. Este processo pode, aliás, vir a abrir o debate sobre a adequação de um processo de avaliação inter-pares, ao nível das ONGDs, como forma de aumentar também de abrir o debate sobre a qualidade na cooperação descentralizada.

Instrumentos de informação e comunicação para o desenvolvimento

www.acep.pt: o sítio da acep



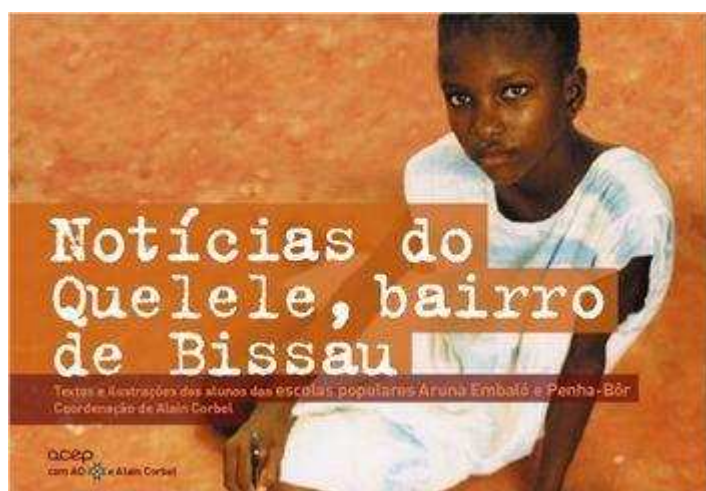
O sítio tem mantido a estrutura concebida gratuitamente, há cerca de 2 anos, pela empresa Carbono 14. Não tem um formato de actualização muito regular, dado o trabalho que tal implicaria dentro dos limitados recursos humanos. Inclui alguns destaques na entrada e ligações para informação detalhada sobre projectos, parceiros e também relatórios de actividades e financeiros.

Cantos do Sul: a newsletter



Durante o ano de 2007 a ACEP produziu nove edições da newsletter, distribuída para cerca de 700 destinatários seleccionados. Todas as semanas são recebidas novos assinantes, através do espaço próprio no sítio da acep (www.acep.pt).

Notícias do Quelele – Bairro de Bissau



Projecto iniciado pelo ilustrador Alain Corbel - na sequência de "Ilhas de Fogo", de reportagens ilustradas sobre os PALOP, que envolveu também o jornalista Pedro Rosa Mendes - *Notícias do Quelele* partiu de ateliers de ilustração realizados por Alain Corbel com alunos e professores das escolas populares de bairros de Bissau – Quelele e Penha Bôr, com o apoio local da ong guineense AD. O livro é feito de histórias do quotidiano, contadas e ilustradas pelos alunos. As dificuldades de garantir a edição sem fins lucrativos levaram a ACEP a realizá-la, com um duplo objectivo: garantir que os jovens alunos e professores viam o seu trabalho valorizado e possibilitar a produção de um instrumento de qualidade para divulgação de uma imagem do quotidiano de uma cidade africana, tal como vista, sentida, pelos olhos de crianças e jovens habitando em bairros periféricos dessa cidade.



Alunos das escolas do Quelele e de Penha Bôr na apresentação do seu livro em Bissau.



Foi apresentado em Portugal pelas jornalistas Diana Andringa e Fernanda Almeida e com a colaboração da Livraria Almedina e da RDPÁfrica, com transmissão directa para PALOP e Portugal. Depois o projecto voltou a Bissau, apresentado no Centro Cultural Português - pelos professores Isabel Djedjo e Aruna Embalo - repleto de alunos, professores e familiares. A distribuição incluiu já cerca de 300 exemplares para escolas da Guiné-Bissau, 200 para bibliotecas municipais portuguesas e ainda para organizações e instituições diversas nos outros PALOP e Timor-Leste.

A Partilha do Indivisível: uma exposição em formato livro



Como foi já referido, o projecto com este título incluiu a exposição e a edição em livro de muito mais fotos e dos textos integrais.

Uma parte importante foi distribuída em Cabo Verde (com o apoio da Biblioteca Nacional de Cabo Verde, do Ministério da Descentralização e da Plataforma de ONGs de Cabo Verde).

Em Portugal foi distribuído gratuitamente a todas as bibliotecas municipais e organizações, instituições e pessoas individuais. Foram colocados exemplares no circuito livreiro, com a colaboração das livrarias Almedina e da rede das FNAC.

As fronteiras da Europa: cooperação, desenvolvimento e migrações em debate



Trata-se da publicação com a síntese do projecto com o mesmo título, com as apresentações feitas pelos participantes e conclusões dos debates, edição coordenada por Maria João Pinto. A ACEP fez distribuição gratuita aos participantes nos debates, ONGs, associações diversas, bibliotecas e centros de estudos de universidades, todas as bibliotecas municipais, responsáveis políticos, entre outros.

Evolução dos recursos da organização: os recursos humanos

Em 2007 não houve alteração significativa nos recursos humanos. A ACEP manteve como recursos humanos

- Colaboradores Remunerados: 1 Directora Executiva, 2 Técnicas de projectos, 1 Gestora de projectos e 1 Contabilista.
- Em prestações pontuais continuou a ter a colaboração de 1 Técnico de Comunicação e 1 Ilustrador e manteve o Contrato de serviços com 1 Revisor Oficial de Contas
- Pro bono: 1 Assessora Jurídica pró bono e 1 empresa de webdesign (o site da ACEP foi criado e é mantido pela empresa especializada, a Carbono 14.
- Colaborações regulares em projectos: especialistas em áreas de formação como o Desenvolvimento e Animação Comunitários, ou Avaliação e investigadores nos domínios da Pobreza / Bem estar, Cooperação Descentralizada ou Políticas Sociais.

A generalidade destes colaboradores são também sócios da ACEP, já que a organização tende a promover uma aproximação do estatuto de sócio ao de colaborador e vice-versa. No total, envolve cerca de 20 pessoas regularmente.

os recursos financeiros

Em 2007 a ACEP recebeu novos fundos num montante de 342.347,62 euros, representando um acréscimo de perto de 8% em relação aos novos fundos mobilizados em 2006. Destes novos fundos cerca de dois terços tiveram origem em diversos instrumentos de financiamento da UE, 20% tiveram origem no Estado português e os restantes são fundos privados (excluídas as doações em espécie) ou fundos próprios.

A maior variação relativamente a 2006 situa-se numa quebra dos novos fundos recebidos do Estado português, (que em 2006 tinham atingido os 43% do total de novos fundos), acompanhada de um crescimento considerável dos fundos de origem europeia. Parte destas variações está relacionada com os calendários de pagamentos destes financiadores.

No entanto, verificou-se uma quebra real nos financiamentos recebidos do IPAD, devido sobretudo à não aprovação neste ano de nenhum projecto de

sensibilização da opinião pública, os chamados projectos de Educação para o Desenvolvimento.

Acompanhando a concretização financeira dos projectos, foram considerados proveitos do exercício 298.878€, uma descida de 20% relativamente ao montante de proveitos de 374.030€ de 2006. Os custos de 290.184€ desceram também significativamente (-21%) em relação a 2006.

O resultado positivo do exercício tem-se vindo a consolidar, mas como fruto de uma gestão de recursos financeiros muito rigorosa, níveis salariais muito contidos, um controle permanente do crescimento da organização e uma opção consolidada por talentos humanos muito polivalentes, que permitem aproveitar sinergias entre os vários projectos.

Neste ultimo domínio, a ACEP tem podido contar também com colaborações externas de grande qualidade a preços muito inferiores aos do mercado, permitindo optimizar os recursos sem pôr em causa a qualidade das respostas.

As Contas da organização foram realizadas por um Técnico Oficial de Contas. São auditadas por um Revisor Oficial de Contas devidamente certificado e serão disponibilizadas no sítio da ACEP, em conjunto com o relatório de actividades.

O resultado do exercício foi de 8.693,81 euros, representando também uma evolução positiva comparativamente com os 5.395,77 euros de 2006.

Propomos à Assembleia-Geral de discussão e aprovação de contas que o resultado do exercício seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Os Fundos recebidos em 2007

A origem dos novos fundos recebidos em 2007 pode ver-se no quadro seguinte. Na sua maioria são programas pluri-aneais, com duração média de 3 anos.

Os fundos públicos nacionais tiveram origem em:

- MNE/Instituto de Apoio ao Desenvolvimento,
- Fundação para a Ciência e Tecnologia (Programa POCI)
- Ministério do Trabalho e Segurança Social (Programa EQUAL).

Os fundos europeus tiveram origem em:

- FSE (Programa Equal),
- Europeaid (Co-financiamento de projectos de Cooperação para o Desenvolvimento da iniciativa de Actores Não estatais e Autoridades Locais)
- Representação da UE em Portugal (Programa de Debates sobre o Futuro da Europa).

Os fundos próprios incluem sobretudo as quotas e a venda de publicações.

Os donativos estão classificados como:

- Fundos privados portugueses (por exemplo Fundação Portugal-África)
- Fundos privados estrangeiros (por exemplo Swissaid)).

Origem dos Novos Fundos em 2007		
Fundos públicos portugueses	70.671,11 €	20,64%
Fundos europeus/CE	233.035,69 €	68,07%
Fundos privados estrangeiros	14.072,50 €	4,10%
Fundos privados portugueses	9.073,88 €	2,70%
Fundos próprios	15.494,44 €	4,52%
Liquidação dívidas de terceiros	0	0
Total recebido	342.347,62 €	100%

12 de Maio de 2008

O Conselho Directivo

Fátima Proença

Luísa Bugalho

Rosana Albuquerque